



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

Sessão Ordinária Nº 5390, de 07/08/2024

TCDF/Secretaria das Sessões
Folha:.....
Processo: 00600-00013399/2022-
34-e
Rubrica:.....

PROCESSO Nº 00600-00013399/2022-34-e

RELATOR(A) : Auditor VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO

EMENTA : Tomada de contas especial - TCE instaurada para apurar o possível prejuízo oriundo da execução do Termo de Fomento nº 2/2016, formalizado entre a então Secretaria de Estado de Políticas para as Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal, atualmente integrante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS/DF como Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes do Distrito Federal - SUBPCA, e o Instituto Brasília para o Bem-Estar do Servidor Público – IBESP.

DECISÃO Nº 2912/2024

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) das Razões de Justificativa dos Senhores Judivan Rodrigues Leite e Renato de Oliveira Dias (Peça nº 85, e-Doc 708D3602-e; e anexo na Peça nº 86, e-Doc A9AB750F-e); b) das Alegações de Defesa do Instituto Brasília para o Bem-Estar do Servidor Público – IBESP (Peça nº 87, e-Doc 9D85BD6B-c); c) da Informação nº 184/2023 – SECONT/2ªDICONTE (Peça nº 89, e-Doc 6D98AC26-e) e do Despacho nº 201/2024 – SECONT (Peça nº 90, e-Doc 9B9A6B4E); d) do Parecer nº 173/2024 – G2P/CF (Peça nº 91, e-Doc 517FA3D3-e); e) dos demais documentos acostados aos autos; II – considerar improcedentes as Razões de Justificativa e as Alegações de Defesa referenciadas nos itens I.a e I.b retro; III – cientificar, com fulcro no art. 13, §1º, da Lei Complementar nº 1/1994, o Instituto Brasília para o Bem-Estar do Servidor Público – IBESP (CNPJ nº 05.113.903/0001-00), para que, no prazo de 30 (trinta) dias, comprove o recolhimento aos cofres do Distrito Federal do débito imputado no valor de R\$ 1.394.419,41 (um milhão, trezentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e dezenove reais e quarenta e um centavos, atualizado até 17/5/2024), que deverá ser atualizado na data de sua efetiva quitação, sob pena de julgamento irregular das Contas, com base no art. 17, III, “c” da referida lei complementar, sem prejuízo dos juros de mora e da aplicação de multa, conforme art. 20, c/c o art. 56 do mesmo diploma legal; IV – julgar, com fulcro no art. 17, inciso III, “b”, da Lei Complementar nº 1/1994, irregulares as contas do Senhor Judivan Rodrigues Leite (CPF nº ***.436.511-**) e do Senhor Renato de Oliveira Dias (CPF nº ***.062.681-**), em face da irregularidade discriminada na Matriz de Responsabilização constante da proposta condutora da Decisão nº 3281/2023 (Peça nº 53, e-Doc 3010AE7C-e, p. 45), aplicando-lhes, individualmente, a multa prevista no art. 57, inciso II, da referida Lei Complementar, no valor de R\$ 2.618,17 (dois mil, seiscentos e dezoito reais e dezessete centavos); VI – aprovar, expedir e mandar publicar **os acórdãos** apresentados pelo Relator; VI – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para a adoção das providências pertinentes.

Presidiu a sessão o Presidente em exercício, Conselheiro ANDRÉ CLEMENTE. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA,

ANILCÉIA MACHADO, INÁCIO MAGALHÃES FILHO e PAULO TADEU.
Participaram o Auditor VINÍCIUS FRAGOSO e o representante do MPjTCDF,
Procurador-Geral DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente o
Presidente, Conselheiro MÁRCIO MICHEL.

SALA DAS SESSÕES, 07 de agosto de 2024

João Batista Pereira De Souza
Secretário das Sessões

André Clemente Lara De Oliveira
Presidente em exercício